

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 40/88**

de 27 de Outubro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Turismo e Hotelaria entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, assinado em 6 de Julho de 1987, cujo texto acompanha o presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Setembro de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Assinado em 12 de Outubro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 14 de Outubro de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ACORDO ESPECIAL DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DO TURISMO E HOTELARIA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola:

Considerando as relações de amizade e de solidariedade entre os respectivos povos;

Conscientes da importância do turismo e da hotelaria como motivo de estreitamento dessas relações e como factor de desenvolvimento económico e social dos dois países;

Desejando promover uma cooperação dinâmica no domínio do turismo e hotelaria e decidindo realizá-la num clima de equidade e respeito pelos interesses comuns e benefícios mútuos;

Tendo presentes os princípios estabelecidos no Acordo Geral de Cooperação, no Acordo de Cooperação Económica e no respectivo Protocolo Adicional, celebrados entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola;

acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Os Governos da República Portuguesa e da República Popular de Angola comprometem-se, na medida das suas possibilidades e quando para o efeito solicitados, a promover, estimular e desenvolver, em regime de reciprocidade, acções de cooperação no domínio do turismo e hotelaria.

Artigo 2.º

Os dois Governos estabelecerão uma troca efectiva de conhecimentos e experiências respeitantes às diferentes áreas da actividade turística e hoteleira, nomeada-

mente no que se refere a desenvolvimento de projectos, legislação, estatística, equipamento e ordenamento do território e planificação turística e hoteleira.

Artigo 3.º

1 — A cooperação técnico-económica entre as Partes poderá compreender, entre outras, as seguintes acções:

- a) O recrutamento e contratação de cooperantes;
- b) A organização de missões destinadas ao levantamento das possibilidades de cooperação e a execução de trabalhos determinados e previamente definidos;
- c) A elaboração de projectos e construção de unidades hoteleiras;
- d) O intercâmbio de documentação e informação;
- e) A colaboração de serviços públicos e de entidades públicas e privadas do sector produtivo, especialmente em áreas que respeitem ou possam interessar ao desenvolvimento da cooperação no domínio do turismo e da hotelaria;
- f) A constituição de empresas mistas e outras associações de interesse.

2 — A formação profissional deverá visar a gradual auto-suficiência da República Popular de Angola neste domínio.

Artigo 4.º

As acções de cooperação previstas no artigo anterior integrar-se-ão em programas de cooperação cujo âmbito, objectivos, encargos financeiros e responsabilidades de execução serão definidos, em cada caso, pelas entidades competentes de ambas as Partes.

Artigo 5.º

O recrutamento e a prestação de trabalho por cooperantes portugueses na área do turismo e da hotelaria ficarão sujeitos às condições constantes do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica assinado entre os dois países.

Artigo 6.º

1 — Com o objectivo de implementar a execução do presente Acordo, nomeadamente para concretizar e assegurar as consultas dele decorrentes, estudar e estabelecer programas de cooperação técnica e propor aos respectivos Governos os meios que considerem adequados para a sua efectivação, criar-se-á uma subcomissão, integrada por representantes de ambas as Partes.

2 — Esta subcomissão reunir-se-á preferencialmente aquando da reunião da Comissão Mista prevista no Acordo Geral de Cooperação e, sempre que necessário, por conveniência de qualquer das Partes, alternadamente em cada país e em datas a estabelecer por comum acordo.

Artigo 7.º

1 — O presente Acordo entra em vigor na data em que ficar concluída a troca de notas pelas quais cada uma das Partes comunicará à outra que se encontram cumpridas as formalidades constitucionais exigidas para a sua vigência na respectiva ordem jurídica interna.

2 — O presente Acordo terá a duração de três anos, renovando-se automaticamente a sua vigência por períodos sucessivos de um ano, desde que qualquer das Partes não opere a respectiva denúncia, com observância de um aviso prévio de seis meses.

Feito em Luanda, em 6 de Julho de 1987, em dois exemplares em língua portuguesa, fazendo ambos igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

Pedro Pires de Miranda, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Pela República Popular de Angola:

Augusto Teixeira de Matos, Ministro das Finanças.

Direcção-Geral do Pessoal

Portaria n.º 711/88

de 27 de Outubro

Manda o Governo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que os mapas do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Riad e do Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1988, passem a ser os seguintes:

Embaixada em Riad:

Um chanceler;
Um tradutor-intérprete;

Um secretário de 1.ª classe;
Um secretário de 2.ª classe;
Um motorista;
Um porteiro;
Um contínuo;
Um jardineiro;
Dois auxiliares de serviço.

Consulado-Geral no Rio de Janeiro:

Um vice-cônsul;
Um chefe de serviço social;
Um chanceler;
Quatro secretários de 1.ª classe;
Sete secretários de 2.ª classe;
Dez secretários de 3.ª classe (a);
Um telefonista;
Um motorista;
Um contínuo;
Um jardineiro;
Dois guardas;
Quatro auxiliares de serviço.

(a) Um lugar a extinguir quando vagar.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 18 de Outubro de 1988.

Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

6.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Declaração

De harmonia com o disposto na parte final do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência a autorização ministerial
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações	
Capítulo	Divisão	Sub-divisão		Código	Alinea				
01	01	08	1.02.0	14.00		Gabinetes dos membros do Governo			
				30.00		Gabinete do Ministro			
				41.00		Outras acções de interesse comuns do Ministério			
				43.00		Deslocações — Compensação de encargos	—	4 300	(a)
						Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	2 300	—	(a)
						Transferências — Instituições particulares	2 000	—	(b)
						Transferências — Exterior	—	11 000	(b)
	02	01		30.00		Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação			
						Gabinete			
						Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	2 000	—	(a)
	03	01		26.00		Gabinete do Secretário de Estado da Integração Europeia			
				27.00		Gabinete			
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	700	—	(b)
						Bens não duradouros — Outros	150	—	(b)